

BELO MONTE E A SEGREGAÇÃO PLANEJADA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS REASSENTAMENTOS URBANOS DE ALTAMIRA-PA

BELO MONTE AND PLANNED SEGREGATION: AN ANALYSIS BASED ON URBAN RESETTLEMENTS IN ALTAMIRA-PA

RESUMO

Este artigo analisa a segregação socioespacial a partir do projeto de reurbanização da cidade de Altamira-PA pela implantação da hidrelétrica de Belo Monte, no estado do Pará, que teve como principal consequência a remoção das comunidades que viviam em áreas de baixadas para os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC). Acredita-se que a segregação dos RUC se relacione com a estruturação urbana do tipo centro-periferia, que no decorrer da história vem afastando a população de áreas consideradas privilegiadas da cidade, processo que é estimulado tanto pelas políticas urbanas quanto pelo setor imobiliário, responsável por onerar os valores do solo urbano. Através de estudos de campos e entrevistas semiestruturadas, em três RUC de Altamira: Laranjeiras, Água Azul e Jatobá, apresenta-se os elementos que comprovam a segregação socioespacial planejada a que foi submetida uma parte da população altamirense, uma vez que foi conduzida pelos agentes que operam a execução do Projeto de Belo Monte.

Palavras-chave: segregação socioespacial, RUC, Hidrelétrica, Belo Monte, Altamira

ABSTRACT

This article analyzes the socio-spatial segregation from the reurbanization project of the city of Altamira-PA through the implantation of the Belo Monte hydroelectric plant, in the state of Pará, which had as main consequence the removal of communities that lived in lowland areas to Urban Resettlements. Collectives (RUC). It is believed that the segregation of the RUC is related to the urban structuring of the center-periphery type, which throughout history has been moving the population away from areas considered privileged in the city, a process that is stimulated both by urban policies and by the real estate sector, responsible for encumbering the values of urban land. Through field studies and semi-structured interviews, in three RUC of Altamira: Laranjeiras, Água Azul and Jatobá, the elements that prove the planned socio-spatial segregation to which a part of the population of Altamira was subjected, since it was conducted by the agents operating the execution of the Belo Monte Project.

Keywords: socio-spatial segregation, RUC, hydroelectric, Belo Monte, Altamira

RÉSUMÉ

Cet article analyse la ségrégation socio-spatiale du projet de réurbanisation de la ville d'Altamira-PA à travers l'implantation de la centrale hydroélectrique de Belo Monte, dans l'État de Pará, qui a eu comme principale conséquence le déplacement des communautés qui vivaient dans les zones de plaine vers Collectifs Urbains de Réinstallations (RUC). On pense que la ségrégation de la RUC est liée à la structuration urbaine de type centre-périphérie, qui, tout au long de l'histoire, a éloigné la population des zones considérées comme privilégiées dans la ville, un processus stimulé à la fois par les politiques urbaines et par le secteur immobilier, chargé de grever les valeurs du foncier urbain. A travers des études de terrain et des entretiens semi-structurés, dans trois RUC d'Altamira: Laranjeiras, Água Azul et Jatobá, les éléments qui prouvent la ségrégation socio-spatiale planifiée à laquelle une partie de la population d'Altamira a été soumise, puisqu'elle a été menée par le agents chargés de l'exécution du projet Belo Monte.

Motsclés: ségrégation socio-spatiale, RUC, Hydroélectrique, Belo Monte, Altamira

RESUMEN

Este artículo analiza la segregación socioespacial a partir del proyecto de reurbanización de la ciudad de Altamira-PA mediante de la implantación de la usina hidroeléctrica de Belo Monte, en el estado de Pará, que tuvo como principal consecuencia el desplazamiento de las comunidades que vivían en las tierras bajas para los Reasentamientos Urbanos Colectivos (RUC). Se cree que la segregación de la RUC está relacionada con la estructuración urbana del tipo centro-periferia, que a lo largo de la historia ha ido alejando a la población de las zonas consideradas privilegiadas de la ciudad, proceso que es estimulado tanto por las políticas urbanas como por el sector inmobiliario, encargado de gravar los valores del suelo urbano. A través de estudios de campo y entrevistas semiestructuradas, en tres RUC de Altamira: Laranjeiras, Água Azul y Jatobá, los elementos que prueban la segregación socioespacial planificada a la que fue sometida una parte de la población de Altamira, ya que fue realizada por el agentes que operan la ejecución del Proyecto Belo Monte.

Palabras clave: segregación socioespacial, RUC, Hidroeléctrica, Belo Monte, Altamira

1. INTRODUÇÃO

Entender a organização das cidades na atualidade, desde as grandes metrópoles até as cidades médias da Amazônia, demanda um esforço de analisar a complexidade dos processos excludentes na trajetória de urbanização e reurbanização das cidades para receberem os grandes empreendimentos; Segundo Harvey, (1990) a urbanização das cidades é uma espécie de capitalismo materializado.

O autor pontua a cidade como o espaço onde ocorre as construções, desconstruções e transformações da sociedade seja nos aspectos físicos (das moradias) aos aspectos socioculturais (comportamentos).

O processo de reestruturação do espaço se deu inicialmente partir da industrialização. Um reflexo claro desse modelo capitalista de urbanização são as novas cidades e as formas como elas refletem ao mesmo tempo o desenvolvimento comercial, o retrocesso no trabalho, nas condições de vida, de saúde e de moradia das pessoas. Ou seja, o processo de urbanização sobre os moldes capitalistas, fica notória a “legalidade” ou “intencionalidade” do processo excludente do tecido social com menor poder aquisitivo.

O espaço geográfico não se constitui apenas de seus aspectos físicos de distribuição da população, equipamentos urbanos e obtenção de lucros, o espaço não é um mero produto de reprodução do capital como entendido na sociedade capitalista. O espaço é um produto histórico social marcado pela presença das pessoas. As relações das comunidades com o espaço habitado produzem suas memórias e representatividade dentro da cidade. A urbanização e reurbanização das cidades dentro dessa visão capitalista vê o espaço como mercadoria e as mudanças estruturais são apenas uma forma de valorizar esse capital

Desta forma, considera-se que segregação espacial se origina do processo natural da formação da cidade, não só apenas a cidade capitalista, entretanto, é dentro da cidade capitalista que as diferenças sociais ficam ainda mais visíveis. Assim, entendemos que a segregação residencial é a expressão da desigualdade de classes representada através do espaço, também expressada na divisão social do trabalho e na qualidade de vida, sendo as dinâmicas capitalistas que regem as cidades os motivos pelo quais cada dia se reforça a exclusão espacial a apropriação da cidade pelos mais ricos. Cada homem vale pelo valor onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende da sua localização no território. (SANTOS,2002, P.107)

A segregação constitui um dos fundamentos de produção do espaço urbano capitalista, as reformas urbanísticas por sua vez concretizam a reprodução. Corrêa (2018) assinala que o espaço urbano é produzido por diversos agentes sociais, que inclui ações como “densificação” do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou

não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade” (CORRÊA, 2018, p. 11).

A segregação deriva de desigualdade e, ao mesmo tempo, retroalimenta desigualdades. (SOUZA, 2013, p.84). Para melhor explicar o apontamento de Souza (2013) as desigualdades sociais surgiram a partir do desenvolvimento geograficamente desigual, ou seja, algumas regiões foram atendidas com investimentos enquanto outras regiões foram negligenciadas. Esses investimentos se deram de acordo com interesse do Estado de tal forma que, fortaleceu a desigualdades a partir do espaço habitado tanto na produção, distribuição e concentração de riquezas (SOJA,1993)

As cidades médias da Amazônia têm seu desenvolvimento urbano seguindo os projetos de urbanização das cidades brasileiras com a mesma tendência de construção do território dentro do enfoque capitalista que propõem separar os ricos e os pobres o que acentua ainda mais a segregação socioespacial.

De acordo com Becker (1990), as cidades têm se constituído em bases logísticas de ocupação e organização do território, assim as cidades representam lugares atrativos para os migrantes ao mesmo tempo que oferece maiores condições de se inserir no mercado de trabalho. O povoamento da Amazônia a partir da colonização se fez em surtos devassadores vinculados a expansão capitalista. (BECKER, 2013, p.4).

Altamira, assim como demais cidades da Amazônia, passa por um processo de colonização/urbanização marcado pela exploração do trabalho, desigualdade social, segregação espacial e exploração dos recursos naturais

O presente artigo pretende demonstrar como ocorreu o processo de remoção das famílias pobres que viviam em áreas alagáveis para os reassentamentos periféricos no município de Altamira em decorrência da instalação da hidrelétrica de Belo Monte.

Hidrelétrica de Belo Monte, usina que começou a ser construída em 2011 sob responsabilidade da empresa Norte Energia S.A (NESA), reestruturou a área urbana da cidade e transformou as áreas de baixadas onde residiam milhares de famílias pobres em parques verdes. Assim, a Norte Energia conduziu um processo de reassentamento das famílias atingidas para os reassentamentos urbanos coletivos RUC, modificando as localizações da população mais pobre no sentido centro-periferia. Esse processo de deslocamento significou para essas famílias inúmeros

problemas sendo o fator acessibilidade o ponto inicial para vários aspectos da segregação socioespacial sofrida pelas comunidades.

Para melhor compreensão da temática levantada iniciaremos com uma abordagem sobre a produção do espaço urbano sob os moldes capitalistas a relação centro-periferia e segregação socioespacial fenômeno que conduz a formação de espaços hegemônicos na qual se perpetua o poder e a separação de classes. Como aporte teórico trazemos Souza (2013), Rolnick (2015), Maricato (2013, 2015) e Sposito (2008, 2013).

Na sequência, apresentaremos algumas fases do desenvolvimento econômico e o processo de urbanização da cidade de Altamira e segregação induzida.

Em seguida apresentaremos alguns aspectos da reestruturação da cidade de Altamira-PA, em decorrência da instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte como segregação socioespacial, em destaque processo de remoção planejada das comunidades dos baixões para os RUC, resultante dos programas de reassentamento e requalificação urbana, executado pela empresa Norte Energia.

2. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, RELAÇÃO CENTRO PERIFERIA E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL.

O processo de industrialização e as novas formas de produção e organização do trabalho traz mudanças significativas, em especial nos arranjos espaciais e suas formas promovendo o surgimento das classes sociais, a urbanização deixou explícito, a segregação socioespacial através dos espaços habitados e as moradias.

A segregação residencial da cidade capitalista emerge a partir da localização diferenciada no espaço urbano dessas distintas classes sociais e suas frações. (CORRÊA, 2018, p. 42). O autor argumenta que isso se dá principalmente nas grandes metrópoles, onde observa-se que os recursos de melhoria e infraestrutura são destinados para a áreas onde moram pessoas dotadas de maior poder político e financeiro.

Segundo Abramo (2016), a ação conjunta dos capitais incorporadores – detentores do solo urbano, e dos capitais construtores – produtores da moradia, incorrerá na mudança de uso do solo. (ABRAMO, 2016, p. 422). Ou seja, essa ação promove a diferenciação de áreas dentro do mesmo espaço urbano. Assim, os investimentos imobiliários habitacionais são transformados em infraestrutura com

atributos intrínsecos (características físicas), e extrínsecos (acessibilidades que a localização da moradia permite usufruir), que incorporado ao valor da moradia torna-o inacessível para as pessoas mais pobres. É importante ressaltar que essas dinâmicas inferem no padrão de ocupação dos imóveis de acordo com sua renda.

Desta forma, Harvey (2014), complementa que a urbanização das cidades, dentro de um modelo capitalista, tem se fundamentado na necessidade de absorver o mercado e de controlar a expansão do capital. Entretanto, a reformulação das cidades, para agregar esse novo estilo de vida, pautada na modernidade e no consumismo tem gerado crises sem precedentes, sobretudo dentro de um contexto sociocultural, que modifica o estilo de vida da população mais pobre, voltada para questão da moradia. Á vista disso, é que uma parcela da sociedade com maior poder financeiro busca a interação a homogeneidade social, relativa estabilidade e segurança nos condomínios e bairros nobres. Por outro lado, as pessoas com menor poder financeiro, são induzidos a buscarem moradias em áreas afastadas das cidades onde o valor da terra é acessível. Conseqüentemente, o mercado imobiliário é atuante no processo de segregação.

De acordo com Sposito (2008) no decorrer do século XX o Brasil apresentou um modelo de urbanização centro-periferia, ou seja, as cidades brasileiras apresentam áreas centrais melhores equipadas, onde se concentram os comércios, prédios públicos e residências de pessoas com maior poder aquisitivo, já as áreas periféricas, mais afastadas, não contam com infraestrutura nem equipamentos urbanos, essas localidades geralmente marcadas por precariedade, pobreza e violência, são ocupadas por trabalhadores pobres.

Esse modelo centro-periferia adotado pelas grandes cidades e seguido pelas cidades médias vem consolidando uma organização espacial de subordinação e desigualdades, e mesmo que se apresente com novas características como por exemplos conjuntos habitacionais, bairros populares, loteamentos, reassentamentos entre outros, o objetivo sempre será o afastamento das pessoas mais pobres das áreas mais valorizadas.

Maricato (2015), contribui ao destacar que em uma sociedade capitalista, não existi democratização ao acesso à terra urbana, o que resulta na segregação do espaço. A terra urbanizada tem alto valor comercial dependendo da localização e dos recursos disponíveis nesta área, ou seja, quanto mais centralizadas e com

investimento em infraestrutura, mais caro fica o espaço. Assim, compreende-se a reestruturação da cidade como estratégia de mercado e valorização fundiária.

De acordo com Miranda Neto (2015) as cidades possuem uma organização interna espacial independente do seu tamanho ou das suas especificidades. Esta organização é responsável pelo ordenamento da população dentro do espaço físico da cidade e a ocupação do espaço correspondente a partir das demandas culturais, raciais ou econômicas.

Desta forma, a cidade capitalista está dividida de acordo com os interesses econômicos da sociedade o que torna visível a partir da fragmentação de ricos e pobres sua localização e suas condições de vida, excluir os pobres das áreas centrais da cidade já é uma prática bastante comum dentro do processo de urbanização e reurbanização das cidades

3. AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAS DE ALTAMIRA E SEGREGAÇÃO INDUZIDA

Altamira assim como outras cidades médias da Amazônia tem sido alvo de ganancia de grandes empreendimentos que se instalam na região a fim de extrair suas riquezas hídricas e minerais, causando problemas ambientais assim também como desestruturando a vida, nos aspectos sociais, econômicos e culturais da população nativa.

Segundo Miranda Neto (2015) Altamira, assim como as outras cidades brasileiras apresentam desigualdades socioespaciais desde sua formação sendo o primeiro momento representados pela separação do espaço ocupado por Coronel Gaioso (fundador da cidade) e seus escravos. Posteriormente, com a ascensão da borracha a cidade se apresenta com uma área central onde se localizava as residências da elite, prédios públicos, a igreja matriz, cais do porto e uma área mais afastada onde residiam pessoas pobres em casas de palha e sem nenhuma infraestrutura. Poderíamos dizer que esta seria a disposição inicial centro-periferia de Altamira. Acredita-se que Altamira siga o mesmo modelo de urbanização das demais cidades do país onde as áreas centrais são valorizadas e recebem investimentos públicos em infraestrutura onerando o valor da terra e induzindo a população carente a ocuparem espaços mais afastados sem infraestrutura e sem equipamentos públicos.

Com a abertura da rodovia Transamazônica na década de 1970 o crescimento da cidade que antes estava atrelado ao rio agora se estende para a estrada, fazendo Altamira eixo central tanto das comunidades ribeirinhas como também das comunidades no perímetro da estrada. Esse potencial desenvolvimento econômico chama atenção para outras regiões aumentando o fluxo de trabalhadores e o contingente populacional da cidade. Assim na década 1980, observa-se a criação das vias estruturantes da cidade, partindo do centro histórico para as direções Nordeste, Norte, Leste e Sudoeste, especialmente no traçado da rodovia Transamazônica (BR-230). (MIRANDA NETO, 2015, p.192).

Como pontua o autor esses novos espaços são criados de acordo com o aumento populacional e a expansão da cidade para além das áreas centrais, onde a população mais pobre vem se organizando e de certo modo buscando inserir-se nas dinâmicas urbanas. Estas novas espacialidades incluem um comércio secundário, loteamento criados pela preleitura do Xingu, as ocupações irregulares do leito dos igarapés (baixões).

Mais adiante com o incentivo de crédito para população de baixa renda, pela possibilidade de asfaltamento da rodovia e sobretudo pela construção da usina de Belo Monte, surgem os loteamentos Nova Altamira, Bela Vista e Jardim França construídos na periferia da cidade como opção de moradia para a população de baixa renda. Estes primeiros loteamentos partiram da iniciativa de proprietários de terras rurais que transformaram em lotes urbanos e tinham a intenção de lucrar com o aumento populacional e a crise de moradia.

Observa-se também a inserção de empresas do setor imobiliário, com a empresa de pequeno porte Bacana na rodovia Transamazônica também destinada a população pobre.

Entre os anos 2000 e 2010, foram criados loteamentos de médio porte destinados a pessoas com renda maior, os loteamentos Altavile, Ibiza e Dom Lorenzo onde os proprietários tinham que construir suas próprias condições de habitabilidade infraestrutura e saneamento.

Essas configurações iniciais da formação urbana em relação centro-periferia se alteram de forma bastante significativa com o início da obra da usina hidrelétrica e as redefinições urbanas apontadas como necessárias pela empresa construtora.

Com a instalação da hidrelétrica de Belo Monte a cidade tem um considerável aumento populacional o que atrai novos empreendimentos imobiliários com a

criação de bairros planejados em áreas mais afastadas como o conjunto residencial Buriti o km 4 Altamira-Brasil Novo, o residencial Cidade Nova. A usina de Belo Monte significava para esses agentes a possibilidade de obter lucros a partir da ideia de que com o novo fluxo migratório e o aumento na demanda populacional geraria a necessidade de moradia, com isso houve grande investimento na compra de lotes para construção de casas, conjuntos residenciais, hotéis, para suprir esta necessidade e obter lucros.

Embora esses conjuntos oferecessem a possibilidade da compra parcelada grande parte da população mais pobre ficou excluída do processo devido ao aumento do valor da terra e do material de construção, o fator distância das áreas centrais onde se concentram a maior fonte empregatícia. Nesse contexto, observa-se o papel dos produtores do espaço urbano que estruturam esse segundo lógicas que, em nosso entender, são destinadas a privilegiar determinadas parcelas da sociedade, induzindo a população pobre a ocuparem áreas periféricas sem condições de habitabilidade gerando processos segregativos.

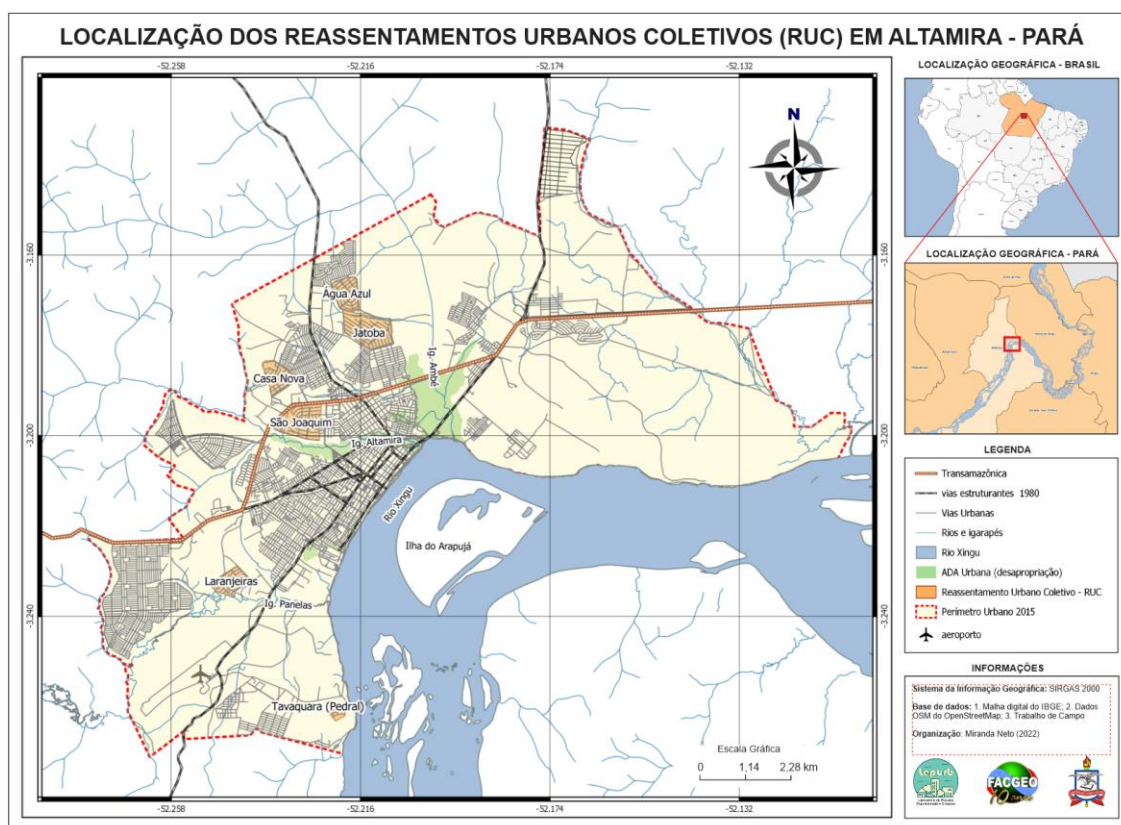
É importante destacar que ainda no período de construção da usina dos conjuntos habitacionais do programa MCMV são planejados para a população pobre, o residencial Santa Benedita área periférica a entrada da cidade sentido Altamira- Belém e o residencial Ilha do Arapujá na estrada sentido Altamira Vitoria do Xingu. O conjunto Santa Benedita foi entregue a população em 2012 com sérios problemas estruturais e muitas denúncias de fraudes nos processos de cadastramento das famílias, o conjunto Ilha do Arapujá nunca foi concluído devido não atender os critérios exigidos pela Caixa Econômica Federal.

Entre 2011 e 2013 Altamira passa por um processo de reestruturação urbana que segundo a empresa responsável pelo empreendimento de Belo Monte era necessário para a segurança da população que ocupava as áreas de baixadas no centro da cidade.

A reestruturação urbana em decorrência da instalação da hidrelétrica de Belo Monte fazia parte do projeto requalificação das áreas centrais, sendo a remoção das famílias que ocupavam as áreas de várzeas para reassentamentos urbanos coletivos, a destruição das suas antigas moradas para dar espaços a criação de novas vias de acesso e parques verdes um dos episódios mais traumáticos para a população.

4. OS RUC E SEGREGAÇÃO PLANEJADA EM ALTAMIRA

A construção da hidrelétrica de Belo Monte é um evento que favoreceu um conjunto de ações que modificaram a estrutura urbana da cidade e estão diretamente ligadas as áreas de várzeas da cidade, onde residiam muitas famílias e que foram reassentados em conjuntos habitacionais denominados de RUC. No Mapa 1 estamos demonstrando, no contexto dos reassentamentos Urbanos implantados pela Norte Energia, os RUC Jatobá, Água e Laranjeiras, os quais foram utilizados como lócus da pesquisa empírica.



Mapa 1 – Os RUC em Altamira-PA
Fonte: Acervo LEPURB (2022).

Em Altamira a Norte Energia empresa responsável pela construção da hidrelétrica reestruturou uma área de 387 hectares intensamente habitado e remanejou essas famílias para os conjuntos habitacionais RUC, com essa ação as áreas centrais que antes eram desvalorizadas devido a vizinhança pobre, agora são destacadas devida as imensas áreas verdes dentre outros atrativos. Segundo Miranda Neto (2015).

Norte Energia iniciou a remoção de mais de 7 mil construções urbanas (entre residências e entidades) presentes na ADA Urbana entre 2014 e 2015, alterando as formas-conteúdo e redefinindo a função social dessas áreas. Além dessas intervenções, outras ações diretas da empresa estão sendo produzidas na cidade, como a implantação de projetos de saneamento, a criação de parques e as alterações na orla, assim como a produção de residenciais para o reassentamento urbano. (MIRANDA NETO,2015, p.238)

O processo de reassentamento se deu entre 2014 e 2015, no qual aproximadamente 6 mil famílias deixaram seus locais de origem para as novas residências dos RUC. Muitos habitantes reclamaram que ficaram distantes de seus vizinhos; alguns, inclusive, em loteamentos diferentes, desfazendo-se as relações de sociabilidade da área de origem. (MIRANDA NETO,2021, p.5)

Com a mudança das famílias dos baixões para os RUC, percebe-se que as novas redefinições urbanas, conseqüentemente alteram as dinâmicas sociais já existentes relacionados a moradia, trabalho, educação saúde, lazer e das relações culturais e emocionais construídas entre os moradores e o espaço habitado.

Neste sentido o processo de deslocamento das famílias dos baixões para os RUC não só representam segregação nos aspectos físicos, mais também nos aspectos subjetivos, pois descontrolam os laços afetivos construídos pelos moradores em relação ao espaço e a vizinhança. De acordo com Castel (2000), a população pobre vive a segregação na sua realidade objetiva, na marginalização dos seus direitos e na exclusão social, esses fatores são determinantes para desintegração do indivíduo com a família, com a comunidade em relação ao lugar onde ele vive. (CASTEL,2000).

O processo de mudança dessas famílias para os RUC não foi feito de forma democrática, ou seja, as famílias não tinham opção de escolha, pelo menos não tinham de forma justa, pois as cartas de crédito fornecidas a estes moradores eram de acordo com suas moradias, se tratando de casas com pouquíssimo valor comercial era inviável pois o valor de venda, não seria suficiente para a compra de outra casa nas áreas centrais da cidade. Tal como relata Miranda Neto (2021).

Não havia, de fato, alternativas viáveis. O reassentamento não foi uma opção, mas uma condição imposta aos atingidos pelo conjunto de fatores que pressionavam o mercado da habitação em Altamira. Em princípio, a Norte Energia construiu cinco loteamentos para abrigar as seis mil famílias da área afetada, denominados Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC). (MIRANDA NETO, 2021, p. 4)

As remoções das famílias pobres para os RUC, estavam respaldadas no discurso da melhoria da qualidade de vida. De fato, de modo geral acredita-se que a urbanização/ reestruturação das cidades venha solucionar problemas históricos como falta de moradia e saneamento básico, no entanto o que se percebe que estes investimentos têm acentuado a pobreza e estabelecido a exclusão social. Santos (2005) acrescenta que a cidade se modifica constantemente submetida ao interesse do capital da economia, dentre estas constantes mudanças, chamamos atenção para as progressivas “expulsões” das pessoas mais pobres dos centros urbanos para as áreas mais afastadas, sejam para bairros periféricos, invasões com construções irregulares, favelas ou conjuntos habitacionais dentre outros.

As remoções para os RUC afetaram a vida de mais de 22 mil pessoas de maneira direta no que diz respeito a economia, mobilidade, acesso a equipamentos públicos como educação, saúde, emprego e lazer. É importante refletir sobre as verdadeiras condições de vida dessa população, pois embora os reassentamentos urbanos, apresentem melhorias nas moradias, existem problemas, como a distância do centro da cidade, o que dificulta principalmente na acessibilidade para o trabalho assim também atendimento educacional e saúde ineficiente, violência, abastecimento de água potável e problemas na estrutura da casa. Essas demandas não foram levadas em consideração no momento elaboração e execução das remoções e inevitavelmente geram transtornos, frustração e insatisfação. Tal como aponta Miranda Neto (2015).

Altamira, ainda não se tem uma descentralização efetiva das atividades de comércio, serviços públicos e áreas de lazer para além de sua área central; b) a cidade não possui um sistema de transporte público eficaz, tornando os habitantes dependentes de transportes mais caros (especialmente o moto táxi) para a circulação diária; e c) o maior custo de deslocamento e as despesas adicionais nas residências de interesse social (energia, IPTU etc.) incidem na diminuição da renda real dos indivíduos.(MIRANDA NETO,2015,p. 248)

Os RUC foram construídos com a promessa de resolver os problemas habitacionais das famílias pobres da cidade. No entanto, o que se percebe é que a questão da moradia vai além da habitação, é necessário que se dê condições de habitabilidade sendo a acessibilidade um dos elementos necessários para diminuir as distâncias sociais. Corrêa (2008) compreende a urbanização das cidades como desigual, principalmente pela normalização da segregação através dos conjuntos habitacionais populares sem refletir nos problemas adjacentes a esta ação. Sobre os

problemas adjacentes a remoção planejada das famílias pobres para os RUC queremos destacar alguns os quais acreditamos se caracterizam como segregação socioespacial.

A) Acessibilidade/ Mobilidade;

Os RUC, assim como os demais conjuntos habitacionais populares construídos com o objetivo de resolver os problemas de moradia, têm como uma das características comuns o distanciamento das áreas urbanas centrais.

Nosso locus de pesquisa são os RUC Jatobá, Água Azul e Laranjeiras. A escolha por esses reassentamentos se deu pelo critério de maior número de moradores e pela diversidade das comunidades que contemplava baixões próximos aos três igarapés que cortam a cidade, o que nos deu a possibilidade de conhecer diferentes realidades.

Os três reassentamentos estão localizados em média de 4km do centro urbano e apresentam dificuldade em acesso por serem construídos em terrenos com ladeiras e trechos desabitados com matagais. Morar em um local afastado da cidade significa piora da qualidade de vida sobretudo pelo tempo usado para deslocamento para trabalho (DAVIS, 2006).

No caso dos RUC estudados a distância é o fator que mais surte efeito negativo haja vista, que, Altamira só dispõe de uma rede de transporte coletivo com apenas 10 micro-ônibus para atender toda cidade. Todavia, vale ressaltar, que apenas 7 micro-ônibus estão em efetivo sendo que 3 ficam de reserva. A situação da acessibilidade dos moradores dos RUC em relação ao deslocamento para as áreas centrais ainda é mais difícil por se tratar de comunidades pobres, onde a grande maioria não dispõe de transporte particular, lembrando que o fator distancia onera as despesas tanto para quem usa o transporte coletivo (tarifas) como para quem possui transporte particular (combustível) causando maior empobrecimento da comunidade.

A questão do distanciamento dos RUC para o centro da cidade foi um dos pontos de maior frustração por parte dos moradores, a dificuldade para chegar ao trabalho, escola, hospitais e lazer são reclamações frequentes. O isolamento dos RUC tem sido fator determinante para muitos abandonarem suas casas.

Em relação a acessibilidade acreditamos que foram subestimadas as necessidades dessas famílias, pois a conexão com o centro da cidade ficou inviável

sobretudo por se tratar de famílias pobres que muitas vezes não possuem um transporte. Já os que possuem, tiveram perdas monetárias com combustível, fato esse que onerou as famílias com mais despesa favorecendo ainda mais o empobrecimento. É importante retratar que antes das famílias serem remanejadas para os RUC foi feito um levantamento sobre o tipo de trabalho que era desenvolvido e que mantinha a renda mensal, constatou-se que cerca de 53% das famílias trabalhava no setor terciário, destacando-se profissões como doméstica, comerciante, auxiliar de serviços gerais, vigilante e pedreiro (GEDTAM, 2014).

Desta forma, fica claro a necessidade de acessibilidades dessas famílias aos seus empregos, haja vistas, serem atividades ligadas aos setores de comércio e serviços proeminentes na área central da cidade. O fator distancia (acessibilidade) também altera a qualidade de vida dessas pessoas, pois, para chegar no horário em seus compromissos o período de descanso, sono e alimentação são diminuídos o que pode causar inúmeros prejuízos físicos e psicológicos.

Quando falamos sobre a mobilidade urbana muitas vezes nos deparamos com projetos que tentam mascarar o cotidiano e as reais necessidades das pessoas de se locomoverem com autonomia. Este fato, se observa na construção das moradias nos RUC que seguem um modelo padrão, sendo em alguns casos adaptados para moradores com deficiência. Tal como relata Miranda Neto (2015).

A residência padrão da RUC possui 63m², com dois quartos, uma suíte, banheiro social, sala de TV, sala de Jantar, cozinha americana, área de serviço e garagem. Há, também, outros dois modelos destinados às pessoas com deficiência, que possuem característica semelhante. (MIRANDA NETO, 2015, p.234)

A questão da acessibilidade/ mobilidade vai muito além de casas adaptadas para cadeirantes, é necessário pensar na integração dessas pessoas com outros espaços sociais, para que as mesmas tenham oportunidades iguais as demais pessoas.

A distância dos RUC para o centro da cidade, a dificuldade de locomoção dentro do próprio conjunto devido o relevo dos terrenos, torna esse elemento como um indicador da segregação socioespacial. A falta de capital intensifica a experiência da finitude: ela prende a um lugar (BOURDIEU, 1997).

O efeito do lugar onde se vive é um fato que deve ser considerada nas avaliações de qualidade de vida da população. Os argumentos apresentados pelas famílias entrevistadas mostram os impactos negativos que as pessoas mais pobres sofrem ao morarem em locais com baixa acessibilidade, com escassez de equipamento urbanos e com pouquíssima oportunidade de crescimento educacional e econômico. Assim as dificuldades aprestandas a partir do distanciamento entre os RUC e o centro da cidade apresenta-se como um elemento de segregação socioespacial.

B) Desemprego:

A maioria das pessoas entre 15 e 59 (potencialmente produtivo) que vivem nos RUC trabalham no setor terciário como vendedores no comércio local, empregados domésticos, ajudantes na construção civil e no ramo de serviço, o fato das fontes empregatícias estarem localizadas nas áreas centrais, dificultam a inserção dos moradores dos reassentamentos nos cargos oferecidos. Desta forma, a grande maioria das pessoas que vivem nos RUC estão desempregadas e vivem apenas com os benefícios oferecidos pelo governo, o fator distancia agregado a baixa escolaridade, falta de aperfeiçoamento profissional tem refletido em desemprego e muita miséria.

Outro fator que foi constatado e que interfere na renda familiar, é o fato de não ter se estabelecido uma cultura de consumo da comunidade dentro do espaço onde vivem, ou seja as pessoas que vivem na comunidade e que tem poder de consumir produtos e serviços preferem consumir no comércio do centro. Essa situação interferir negativamente sobre as condições de vida dos moradores das comunidades remanejadas tal como aponta um estudo feito pela FVPP em 2017, acreditamos que esses dados já tenham se agravado mais devido a pandemia da Covid 19.

C) Violência:

No ano de 2019, Altamira foi considerada a cidade mais violenta do Brasil. Acredita-se que este quadro de violência se intensificou na região a partir da instalação da hidrelétrica de Belo Monte e o grande fluxo populacional, no entanto, o que chamou atenção das autoridades foi o aumento de suicídios de jovens entre 15

e 25 anos, que entraram na adolescência no período conturbado de mudanças espaciais da cidade. É importante ressaltar que os suicidas eram jovens que moravam nos RUC e em bairros periféricos que sofreram mudanças drásticas nas configurações sociais.

Após a instalação de Belo Monte, a cidade passa por mudanças estruturais, de tal forma que também são percebidas no perfil da criminalidade onde as gangues foram tomadas pelas facções nacionais do crime organizado. Acredita-se que pelo fato de que alguns integrantes dessas facções eram moradores dos reassentamentos, criou-se o estigma de que os RUC são locais de violência, o que aumentou ainda mais o sentimento de exclusão da população reassentada.

De acordo com a pesquisa feita pela FVPP a segurança pública é uma das principais preocupações dos moradores. Altamira foi considerada umas das cidades com maior vulnerabilidade juvenil a violência de acordo com o índice de vulnerabilidade juvenil a violência e desigualdade racial 2014, desta forma credita-se na correlação entre vulnerabilidade juvenil e o espaço habitado, onde se caracterizam situações de desigualdades sociais e falta de oportunidades. Outro aspecto que pode propiciar na violência nos RUC é o desemprego que acentua ainda mais a pobreza e a ausência de postos policiais nos bairros. (FVPP, 2017, p.46)

D) Saúde:

Como indica a pesquisa feita pela FVPP, a percepção que os moradores dos RUC têm sobre o atendimento de saúde em relação a sua antiga moradia piorou muito e pode ser representada pelo percentual de 61% de moradores que afirmam que o atendimento de saúde era mais acessível nas suas antigas moradias.

Essa situação ainda é mais delicada para os moradores do RUC Água Azul que não possuem posto de saúde. Segundo uma entrevistada, os moradores do RUC Água Azul têm que usar o posto de saúde do RUC Játoba. A moradora afirma que a comunidade já questionou sobre o problema e a resposta dada pela Norte Energia, empresa responsável pelo reassentamento, é que a comunidade não atinge quantidade suficiente de famílias para ter direito a uma unidade de saúde.

As comunidades do RUC Laranjeiras afirmam que este ano os atendimentos do posto de saúde melhoraram. No entanto os moradores dos três reassentamentos

estudados ainda reclamam da dificuldade de acessar o pronto socorro devido à localização dos RUC.

E) Educação;

De acordo com o relatório da FVPP os moradores não estão satisfeitos com a educação oferecida nas comunidades. Esta avaliação dos moradores dialoga com a situação de precariedade de Altamira considerado como um dos 250 municípios do Brasil que apresentam as piores taxas de escolarização de crianças entre 6 e 14 anos.

As notas atribuídas pelos moradores dos RUC estudados chegam a péssima, mostrando a insatisfação das comunidades. Os moradores dos RUC acreditam que as condições educacionais nos RUC são piores do a situação educacional referente a moradia anterior as remoções. Dos três RUC estudados somente o Jatobá possui creche com o número de vagas insuficiente para as crianças que necessitam desse atendimento. As creches são importantes para a população carente pois possibilita que as mães possam trabalhar sem a preocupação de deixar as crianças sem cuidados. A falta de creches nos reassentamentos fez com que muitas mulheres desistissem de seus empregos por não terem com quem deixar seus filhos, esse fato contribui com o aumento da pobreza ao mesmo tempo que exclui as crianças de terem acesso a inclusão social com outros espaços e o suporte educacional necessário a primeira infância.

E) Abastecimento de Água e Saneamento;

De acordo com o relatório do MAB, mesmo após dez anos do início da instalação da hidrelétrica de Belo Monte a cidade ainda se depara com problemas estruturais sendo o abastecimento de água e o saneamento um deles, por um lado a Norte Energia diz que já realizou esta condicionante e pretende entregar a responsabilidade ao governo municipal, por outro o governo municipal se recusa a receber a responsabilidade alegando que existe problemas e precisam ser sanados antes da entrega. Em meio este empasse as comunidades sofrem principalmente pela falta de água, inclusive nos RUC que foram construídos pela própria empresa.

Não raro, o MAB está denunciando juntamente com as comunidades residentes nos RUC o problema do abastecimento de água, a população se

desespera ficando até por semana sem água para realizar as atividades domésticas e a higiene pessoal, quanto água para o consumo, as famílias relatam que é impossível de ser consumida pelo aspecto e também pelo cheiro, fazendo com que muitas famílias utilizem a água de poços de bairros vizinhos ou de familiares que moram no centro da cidade.

Em junho de 2022, novamente moradores do RUC Laranjeiras, com apoio do MAB, chamam atenção da sociedade local exigindo que a Norte Energia e a Prefeitura Municipal resolvam a questão da falta de água no reassentamento. Segundo os moradores já faz uma semana que as torneiras secaram, tornando a vida na comunidade impossível, os moradores estão sem ter a quem recorrer pois continua o jogo de empurra, empurra de responsabilidade de um para o outro. Neste impasse, segue o sofrimento de famílias que são negados até os bens essenciais para a vida como a água.

O impacto da falta de água nos RUC perpassa a questão da dificuldade na logística e execução de tarefas domésticas, a falta da água retrata a ausência de compromisso e respeito, sendo este elemento fundamental para a sobrevivência humana.

F) Infraestrutura:

Embora os reassentamentos apresentem condições melhores que os antigos locais de moradia da comunidade, tendo em vista as casas de concreto padronizadas e ruas pavimentadas, a qualidade de vida da população piorou de acordo com o relato dos entrevistados. Desta forma acreditamos que a estrutura das casas apresenta um aspecto positivo, mais somente a questão estrutural não é suficiente para que as famílias consigam permanecer nos bairros, fato comprovado pelo número de casas que já foram vendidas ou até mesmo abandonadas.

Os RUC têm aspecto de abandono pelo matagal que cresce nas principais vias, propiciando violência, os equipamentos de lazer estão deteriorados e as quadras viraram espaços de violência e consumo de drogas durante a noite.

G) Preservação dos Laços Afetivos:

A Norte Energia empresa responsável pelo reassentamento, prometeu no

momento de cadastramento que vizinhos e familiares iriam ter prioridade em continuar morando próximos, fato que segundo os moradores não foi cumprido. A confiança, amizade e cooperação construída pela população em suas antigas moradas não foram respeitadas sendo desfeita nas remoções. A falta de respeito com a realidade e com os costumes dos moradores locais, por partes dos responsáveis pelos reassentamentos, fizeram as comunidades reféns de suas próprias casas.

A vizinhança era um ponto de apoio dos moradores quando os mesmos viviam nos baixões, existiam laços de amizade e confiança construídos ao longo dos anos e em determinados momentos os vizinhos serviam como apoio para cuidar das crianças das mães que precisavam trabalhar, em outros momentos os vizinhos vigiavam as casas quando alguém se ausentava, também compartilhavam alimentos e remédios e auxiliavam na construção e reformas das casas.

Desta forma por todos os elementos aqui apresentados acreditamos que o projeto de remoção das famílias para os reassentamentos não cumpre as responsabilidades sobre a manutenção dos seus equipamentos sociais e a melhoria das condições de vida da comunidade, dentro de uma perspectiva de crescimento intelectual das gerações futuras possibilitando a inclusão social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os RUC foram construídos vendendo a ideia de melhoria de vida para a população pobre, as casas de alvenaria, as ruas pavimentadas, o saneamento básico, em contraste com a realidade das moradias de palafitas serviram como alibi para persuadir a opinião pública e principalmente para mascarar as reais intenções das políticas energéticas do Estado e das empresas privadas responsáveis pela construção de Belo Monte de apropriação do espaço e hierarquização do poder.

A reforma da cidade fragmentou o urbano e tirou dos pobres a possibilidade de sociabilidade, encontro das diferenças, oportunidades educacionais e de trabalho, acesso aos equipamentos coletivos públicos, a cultura o lazer as possibilidades de inclusão. A realidade vivenciada nos RUC após 6 anos de remoção é de abandono e frustração, de fato, o processo foi desastroso, pois

propiciou o isolamento, desemprego, violência, doenças e estimulou o aumento da pobreza e da falta de expectativas futuras

A infância e a juventude dos RUC estão marcadas por um período tortuoso de transição, o desemprego, a violência entre os fatores desestabilizou as famílias deixando seus filhos em condições de vulnerabilidade. O desrespeito pela vida, pela infância e falta de acompanhamento nos processos físicos e psicológicos naturais dessa etapa de vida se contrasta com o discurso de investimento nas futuras gerações.

A homogeneidade da pobreza, da pouca escolaridade, do analfabetismo político, propiciou para que se concretizasse as remoções sem o mínimo de responsabilidade com os direitos civis relacionados não só a habitação, mais o direito de usufruir das possibilidades ofertadas pela cidade

O projeto milionário de Belo Monte trouxe para a população altamirense desajuste social e instabilidade financeira, sendo que as comunidades reassentadas as que mais sofreram por se tratar de trabalhadores com pouca qualificação e menores rendimentos. A segregação socioespacial tirou dessas famílias a possibilidade de inserção no contexto produtivo da cidade, o demonstra a conservação da pobreza necessária para manutenção do capitalismo.

Segregados e esquecidos pelo poder local, os moradores dos RUC sobrevivem as adversidades do isolamento espacial e social característico da produção da cidade com interesse capitalista.

5. REFERÊNCIAS

ABRAMO, Pedro; FARIA, Teresa Cristina. **Mobilidade residencial na cidade do Rio de Janeiro: considerações sobre os setores formal e informal do mercado imobiliário**. Anais, p. 421–456, 2016.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. Editora Ática, 1990.

BECKER, Bertha. **A urbe amazônica**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Capital Cultural**, Escuela y Espacio Social. México: Siglo Veinteuno, 1997.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**: Editora Ática São Paulo, 2018.

DAVIS Make, **Planeta de Favelas: A involução urbana e o proletariado informal**. Editora Boitempo, São Paulo, 2006.

FVPP - FUNDAÇÃO VIVER, PRODUZIR E PRESERVAR. **A voz dos atingidos por Belo Monte: desafios e direitos**. 2017.

GEDTAM. Grupo de Estudos Desenvolvimento e Dinâmicas territoriais na Amazônia. **Tendências de crescimento na cidade de Altamira. Relatório de trabalho de campo**. Altamira: Universidade Federal do Pará, 2014.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1990.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). **MAB cobra direito à água para os atingidos por Belo Monte**. Disponível em <<https://mab.org.br/2021/10/15/mab-cobra-direito-a-agua-para-os-atingidos-por-belo-monte/>>.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. In: **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

MIRANDA NETO, J. Q. de. **Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana. O papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência**. Tese (doutorado), PPGG, UNESP, 2015.

MIRANDA NETO, J. Q. de. **As transformações urbanas em Altamira-PA após uma década de Belo Monte**. Amazonialatitude, 2021.

NORTE ENERGIA S.A. Plano Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. 2011.

ROLNIK, Raquel. **Paisagens para a renda, paisagens para a vida disputas contemporâneas pelo território urbano**. São Paulo, Boitempo, 2015.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e a moradia na eradas finanças**. 1ed. São Paulo, Boitempo, 2015.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. **O retorno do território. Território: globalização e fragmentação**, 2002.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Tradução: Vera Ribeiro; revisão técnica, Bertha Becker, Lia Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Segregação socioespacial e centralidade urbana**. In: **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013